



[Internacional](#) 12 de outubro 2016

Acabar com Schengen pode custar 20 mil milhões de euros

Custos operacionais podem chegar aos 4 mil milhões de euros por ano. **Carlos Coelho** vai liderar grupo de trabalho que tentará libertar informação sobre o estado da livre-circulação.



O Parlamento Europeu publicou esta quarta-feira um estudo em que indica que o preço de reintroduzir controlos de fronteira e recuperar estruturas abandonadas pode ter um custo imediato de 20 mil milhões de euros e que podem ser precisos 4 mil milhões de euros por ano só para a sua operação. O resultado da análise foi apresentado numa audição sobre Schengen, em Bruxelas, onde foi anunciada também a criação de um grupo de trabalho para estudar a aplicação das regras do mecanismo de livre-circulação europeia, que será presidido pelo eurodeputado Carlos Coelho.

“É uma loucura acabar Schengen”, afirmou Carlos Coelho aos jornalistas, no fim da audiência da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos. Segundo o eurodeputado do PSD, Schengen tem os mecanismos necessários para responder às crises atuais, como as barreiras erguidas nos Balcãs, por exemplo, ou falta de segurança em passagens porosas na Grécia e Itália, ambas avassaladas no último ano com centenas de milhares de requerentes de asilo. Carlos Coelho argumenta que

há pouca informação sobre como as regras do mecanismo de livre-circulação estão a ser aplicadas, que permitem à Comissão Europeia e aos Estados-membros não corrigir os problemas.

“Há um funcionário da Comissão Europeia que, em vez de estar a analisar cem páginas para ver verdadeiramente o que é confidencial e o que pode ser desclassificado, faz o que é mais fácil: põe um carimbo de classificado na capa e diz que tudo é confidencial”, argumenta o eurodeputado português, falando sobre os relatórios do Mecanismo de Avaliação Schengen, que registam tudo que vai desde o mau-funcionamento de câmaras de vigilância nas fronteiras à falta e má distribuição de funcionários. “Os problemas têm de ser enfrentados, mas tem de ser enfrentados com determinação”, argumenta.

Apesar da relutância de vários países para aceitarem ordens de Bruxelas no que diz respeito às suas fronteiras ou a mecanismos de distribuição de refugiados, por exemplo, Carlos Coelho diz não ter “uma visão pessimista” e que o grupo de trabalho que preside tem boas condições para assegurar mais acesso a informações confidenciais: “Com o envolvimento do Parlamento, podemos ter uma pressão maior, para que uma vez detetado um problema na fronteira ele não seja esquecido, mas sejam convocados os mecanismos para o ajudarem a resolver e para pressionar os Estados-membros e a Comissão para que isso suceda.”